

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Identificação

Área de Avaliação: **ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA**

Coordenador de Área: Lia Zanotta Machado (UnB)

Coordenador-Adjunto de Área: Eduardo Neves (USP)

Coordenador-Adjunto de Mestrado Profissional:*

*não há coordenador-adjunto de mestrado profissional

I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área

A Área é constituída por dois campos de saberes distintos, mas que guardam conexões interdisciplinares: Antropologia e Arqueologia. No início da década, em 2000, contava com 10 programas de pós-graduação: seis programas com Mestrado e Doutorado e quatro programas com Mestrado. No triênio de 2007 a 2009 passou a contar com 20 programas acadêmicos, sendo doze com Mestrado e Doutorado e oito com Mestrado, ou seja, um total de 32 cursos. O único Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural deixou de existir no triênio passado. No triênio de 2010 a 2012, a expansão da Área chegou a 41 cursos, em 25 programas: dezesseis com Mestrado e Doutorado e nove com Mestrado, apontando a tendência de aumento maior de programas que englobam os dois níveis de cursos. Na **Tabela 1**, abaixo, é apresentado o crescimento dos Programas da Pós-Graduação na Área de Antropologia e Arqueologia, comparando-se a situação em 2000 com os triênios subsequentes até o triênio 2010/2012. Nos dados do último triênio incluem-se os programas que iniciaram em 2010 e programas novos que obtiveram aprovação em 2010, 2011 e 2012.

Tabela 1 - Crescimento dos Programas da Pós-Graduação na Área: 2000 a 2012

ANOS	ÁREA			
	ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA			
	MODALIDADES			
	MESTRADO	MESTRADO E DOUTORADO	TOTAL	CRESCIMENTO
Até 2000	4	6	10	
2001/2003	2	9	11	9,09%
2004/2006	4	10	14	21,43%
2007/2009*	8	12	20	30,00%
2010/2012**	9	16	25	20,00%

* Na Avaliação Trienal 2010 foi incluído o Mestrado Profissional da PUC-Goiás que deixou de existir;

** Inclui programas que iniciaram em 2010 e novos cursos que foram aprovados em 2010, 2011 e 2012.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

A expansão dos dois últimos triênios acompanha a política científica do país de descentralização da produção acadêmica e abertura de novos programas nas regiões Norte e Nordeste. No último triênio foram ainda acrescentados um Doutorado em Arqueologia no Sudeste (Rio de Janeiro) e um curso de Antropologia que engloba Arqueologia no extremo sul. A demanda da sociedade cresce por profissionais formados em Antropologia e Arqueologia para o ensino, a pesquisa e a atuação nos âmbitos governamental e não-governamental. As políticas sociais voltadas para as sociedades indígenas, remanescentes de quilombos e “minorias” representam crescente mercado de trabalho para antropólogos. O resgate da cultura material em sítios arqueológicos se intensificou nos últimos anos, atingidos por obras públicas e de empresas privadas, como estradas e barragens, tendo criado um recente e extenso mercado de trabalho para arqueólogos no país que vem aumentando a demanda por qualificação em cursos de pós-graduação (PG).

Nas **Figuras 1 e 2** apresentadas abaixo podem ser visualizadas comparativamente a distribuição regional dos cursos ao final do triênio de 2007-2009 e ao final do triênio de 2010-2012. A unidade aqui tomada por base é o curso por nível e por subárea e não o programa (que, por definição pode incluir um ou dois cursos de níveis diferentes).

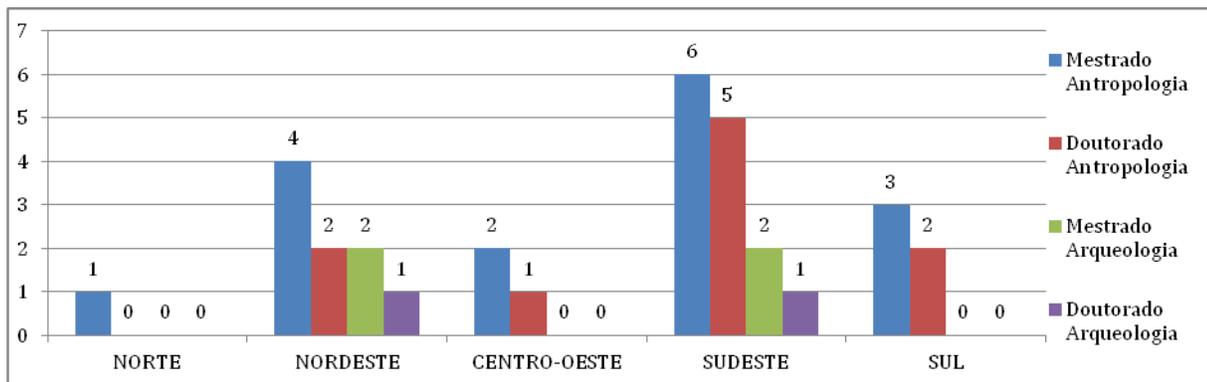


Figura 1 - Distribuição Regional dos Cursos de Pós-graduação da Área por nível e por sub-área ao final do Triênio 2007/2009

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

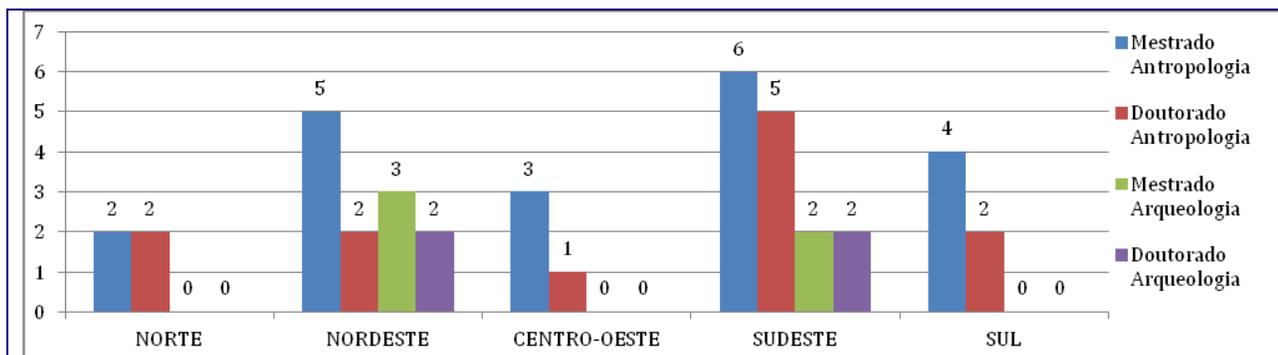


Figura 2 - Distribuição Regional dos Cursos de Pós-graduação da Área por nível e por sub-área ao final do Triênio 2010/2012

A Área conta atualmente com 25 programas totalizando 41 cursos, sendo 20 Mestrados e 12 Doutorados em Antropologia e 5 Mestrados e 4 Doutorados em Arqueologia. Comparativamente ao final de 2009, nota-se que cresceram as duas subáreas pois eram 16 mestrados e 10 doutorados em antropologia, 4 mestrados e 2 doutorados em arqueologia. Se a novidade é o crescimento no Norte e Nordeste, os cursos continuam se expandindo no Centro-oeste, Sul e Sudeste.

Há novos formatos de cursos emergindo como programas de antropologia que incluem concentração em arqueologia, como é o novo Mestrado de Antropologia em Pelotas e o Programa denominado como Antropologia com Mestrado e Doutorado no Pará (UFPA) que engloba Antropologia Social, Arqueologia, Bioantropologia e Linguística.

Na **Figura 3**, o mapa abaixo mostra a distribuição regional dos cursos ao final do triênio de 2010-2012 permitindo comparar a atual situação dos cursos denominados de Antropologia e os de Arqueologia, com a informação adicional dos cursos de Antropologia que incluem concentração em Arqueologia. Assim, o mapa distingue entre o total de cursos da Área (41): os cursos de mestrado de antropologia stricto senso (17); os de antropologia que incluem arqueologia (3) e os de arqueologia stricto senso (5); os cursos de doutorado de antropologia stricto senso (11), os de antropologia que incluem arqueologia (1) e os de arqueologia stricto senso (4).

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

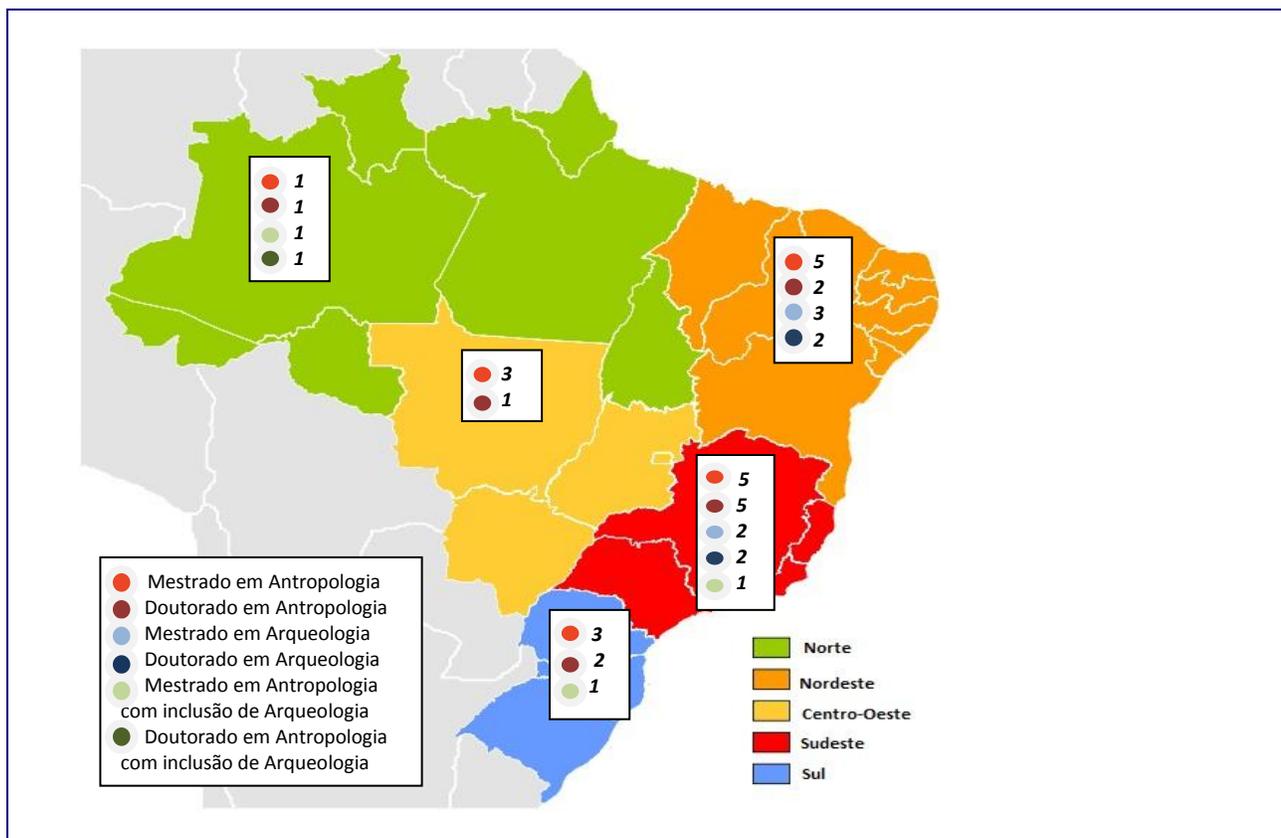


Figura 3 : Mapa da Distribuição dos cursos de Antropologia e Arqueologia por região (2012):

O crescimento da Área contínuo e crescente na década de 2000 teve como efeito o aumento significativo, no número de Mestrados e Doutorados concluídos, em especial no primeiro ano deste último triênio. Em 2007, foram 139 dissertações de Mestrado, comparadas a 158 em 2008, a 165 em 2009, passando a 188 em 2010, primeiro ano do novo triênio. Do mesmo modo, em 2007, foram 66 teses de Doutorado concluídas, 48 em 2008 e 71 em 2009, passando a 92 em 2010.

Visando uma comparação há mais longo prazo, a partir de 1992, foi calculada a média da produção de teses e dissertações nos períodos anteriores de avaliação pela CAPES (biênios ou triênios), dividida pelo número de anos de cada período de avaliação. A **Figura 4** abaixo permite visualizar a comparação entre o primeiro ano deste triênio, 2010, a partir dos dados do Coleta

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Capes, em relação ao número médio anual da produção de dissertações e teses nos biênios e triênios anteriores, mostrando o forte e significativo impacto na produção de conhecimento na Área a partir dos Programas de Pós-Graduação em todo esse período.

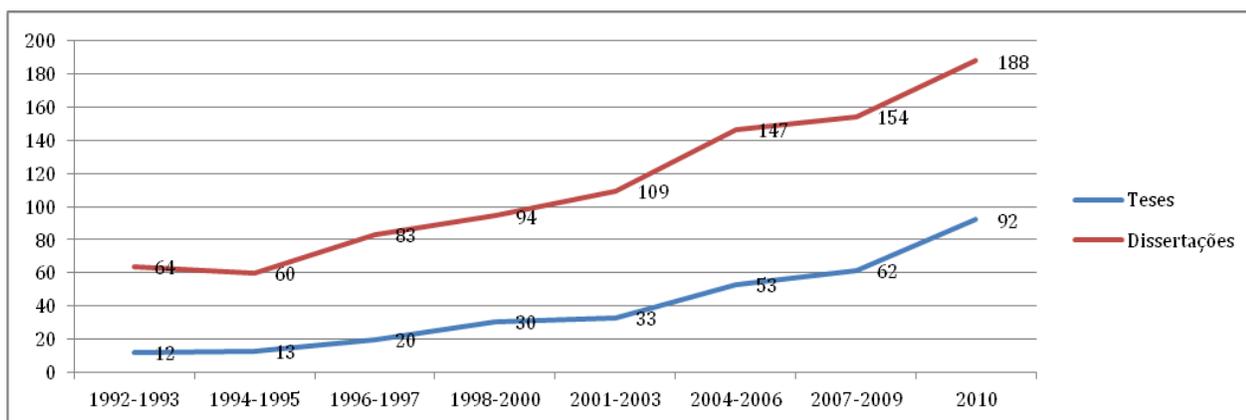


Figura 4– Médias de dissertações e teses no período 1992-2009 (por avaliação Bial e Trienal) comparadas com o número de dissertações e teses de 2010.

Atualmente, os dados já revelam significativa presença de 399 docentes na Área em 2010, dos quais 332 em Programas de Antropologia e 67 em Programas de Arqueologia, ministrando cursos e ensino de pesquisa a 652 discentes, sendo 552 de Antropologia e 100 de Arqueologia. Cumpre ressaltar que Programas que combinam Antropologia e Arqueologia podem se denominar como Antropologia no seu sentido lato e amplo, indicando assim que docentes arqueólogos estão ali presentes e que esta articulação é uma nova tendência no Brasil, embora estivesse presente na tradição norte-americana. Historicamente, as trajetórias da Antropologia e da Arqueologia no Brasil, na pós-graduação, apresentam temporalidades e inserções acadêmicas diferenciadas. A pós-graduação em Arqueologia no Brasil esteve marcadamente vinculada à História, alcançando sua autonomia acadêmica recentemente e, portanto se encontrando em crescimento significativo em temporalidade posterior à da Antropologia Social.

A tendência à autonomização da Antropologia em relação às Ciências Sociais e da Arqueologia em relação à História se expressa também na tendência recente de criação de cursos de Arqueologia e Antropologia em nível de graduação. Se inicialmente, a formação de arqueólogos e antropólogos no país se fez no âmbito da pós-graduação, entre 2004 e 2010 foram criados 9



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

cursos de bacharelado em Arqueologia no país, e dois em Antropologia e Arqueologia. Os novos cursos de Antropologia se desmembram de cursos de Ciências Sociais e os novos cursos de graduação em Arqueologia, respondem à demanda do mercado de trabalho e ao impacto da criação dos cursos de pós-graduação em Arqueologia e à necessidade de aprofundamento de seus métodos e saberes.

O crescimento da produção de artigos em periódicos e de livros é contínuo e cada vez com mais qualidade, não só pelos docentes como pelos discentes. A sua produção bibliográfica guarda o valor de contribuir e se voltar, com qualidade acadêmica e originalidade, para a diversidade cultural interna brasileira e para as suas problemáticas sociais que oferecem grandes desafios para o conhecimento e inovação de políticas públicas. Esta é uma tendência que continua intensa e que estimula a originalidade da produção no país. Ao lado desta tendência, afirma-se o avanço dos estudos da diversidade cultural e das problemáticas sociais presentes nas mais diferentes nações e culturas, como países africanos, latino-americanos e asiáticos, além do desafio do estudo e pesquisa nos países centrais na América e Europa. A Antropologia brasileira tem ainda ocupado importante papel na formação de novos antropólogos na América Latina e nos países de língua portuguesa da África.

Os Congressos e Seminários nacionais e internacionais vem consolidando uma nova tradição pois cada vez mais têm acolhido a exibição de produtos audiovisuais de antropólogos e arqueólogos. Mundialmente, tem sido expandida a produção de pesquisa cujos resultados e metodologias se centram na linguagem audiovisual, sejam ensaios fotográficos, sejam filmes ou vídeos. Toda uma produção intelectual internacional e nacional criou e consolidou metodologias para a produção audiovisual com recorte conceitual e analítico, necessariamente presentes em qualquer forma de pesquisa antropológica, etnográfica e arqueológica. Esta tendência de produção intelectual no formato de produção audiovisual cresceu e consolidou-se ao longo dos Programas de Pós-Graduação brasileiros da Área na década de 2000, fazendo inestimável incluí-la na avaliação do atual triênio como produção intelectual.

INTERDISCIPLINARIDADE

Nos últimos anos observa-se uma tendência crescente a uma maior vinculação entre a Antropologia e a Arqueologia. Volta-se, em muitos Programas para a busca da articulação entre estes dois campos, mas de uma forma ampla, complexa e interdisciplinar. Busca-se agora



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

articular, o que, na tradição norte-americana, se entendia como “os quatro campos” da Antropologia: a Antropologia Cultural, a Bioantropologia ou Antropologia Biológica, a Linguística e a Arqueologia – saberes conexos que devem ter suas interfaces. Esta é a tendência mais forte e visível da Área quanto à interdisciplinaridade. A expansão mais recente da Arqueologia tem estimulado antropólogos e arqueólogos a exercitarem interdisciplinaridade, assim como expandirem interfaces com a Linguística e a Antropologia Biológica.

Quanto ao domínio específico da Arqueologia, há tendências divergentes, uma de maior aproximação com a Antropologia Social e Cultural e com a História, e outra de maior aproximação com ciências exatas, como Química, Geologia e Zoologia, entre outras. As duas tendências são igualmente louváveis, necessárias e aceitas para a consolidação da Arqueologia e conformação de programas de Arqueologia.

Quanto ao domínio específico da Antropologia, não se pode olvidar que é um saber que se reconhece como um saber das ciências sociais. Seu ensino na graduação somente se fazia no interior dos cursos de ciências sociais, como uma de suas disciplinas. Buscou sua autonomia na pós-graduação. A formação profissional pós-graduada em Antropologia continua sendo realizada, não somente em Cursos de Antropologia, mas também em cursos de Ciências Sociais, onde aí a Antropologia exerce com sucesso a interdisciplinaridade com a Sociologia e a Ciência Política.

A formação profissional da Arqueologia vem se realizando num triplo caminho: nos programas de Arqueologia (vinculando-se ou às disciplinas de ciências exatas ou às disciplinas de Antropologia e ciências sociais), nos programas que articulam Antropologia e Arqueologia e nos programas de História, onde é interdisciplinar.

Consideradas as trajetórias relativamente recentes da Arqueologia e da Antropologia no Brasil de se consolidarem constituindo campos intelectuais próprios, a partir de campos de conhecimento interdisciplinar, podem ser tiradas três conclusões: 1) Tanto a Antropologia quanto a Arqueologia são, elas mesmas, constituídas de saberes interdisciplinares: uma nascida das Ciências Sociais e outra nascida no campo da História e, assim, carregam visões e temáticas já interdisciplinares; 2) Tanto uma como outra buscam e realizam também o diálogo com conhecimentos como a história, a filosofia, a ciência política, a economia, a saúde, a sociologia, a linguística, a geologia, a zoologia, a química, a arquitetura, as ciências do meio-ambiente e estão abertas para a



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

interdisciplinaridade em seus Programas com as mais diferentes áreas; 3) Tanto a Antropologia quanto a Arqueologia tendem a cada vez mais exercitar a interdisciplinaridade entre os seus saberes recíprocos e a aproximar-se à busca da conexão entre os chamados quatro campos: a Antropologia Social (que no Brasil tende a englobar a Antropologia Cultural), a Arqueologia, a linguística e a Antropologia Biológica.

A interdisciplinaridade da Antropologia se expressa também no impacto que as análises antropológicas têm sobre os mais variados aspectos da vida social e política, estabelecendo fortes interfaces com a Sociologia, Ciência Política, Saúde, História, Direito, Economia, Educação, Comunicação Social, Psicologia, Biologia, Educação Física, entre outros saberes.

ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

A inserção no ensino fundamental e médio se faz de diferentes formas: 1) através dos diferentes efeitos da inserção social da grande parte das pesquisas antropológicas e atividades de extensão que se fazem em comunidades indígenas, rurais, urbanas, religiosas, afro-brasileiras, pesquisas que são conectadas a projetos sociais, às políticas públicas e intimamente articuladas com membros comunitários e lideranças educacionais com repercussão em estudantes e docentes; 2) através da integração de estudantes do ensino médio e do ensino fundamental em atividades de extensão e de pesquisa; 3) através da docência e ministério de cursos de aperfeiçoamento ou de extensão dirigidas a docentes do ensino médio e fundamental; 4) através da oferta das disciplinas de Antropologia nos cursos de licenciatura em ciências sociais para graduandos, futuros professores do ensino médio; 5) através da oferta de cursos de extensão, especialização e reciclagem para docentes do ensino médio e fundamental ; 6) na produção de livros-textos para ensino médio e fundamental; 7) na produção de livros-textos-cartilhas-vídeos para o ensino sobre diversidade sexual , racial e de gênero nas escolas de ensino médio e fundamental; 8) na participação junto a comunidade indígena e quilombola, na produção de livros-textos para escolas indígenas e escolas quilombolas; 9) na oferta de cursos para professores indígenas e quilombolas; 10) através da formação de profissionais, quer sejam de organizações da sociedade civil, da administração pública, de empresas ou de centros de pesquisa pois sua formação faz efeito tanto nas políticas públicas, como incidem sempre no ambiente educacional.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

II. Requisitos e orientações para Propostas de Cursos Novos

MESTRADO (ACADÊMICO)

A proposta deve evidenciar que o grupo proponente já vem trabalhando de forma articulada junto à instituição em núcleos ou grupos de pesquisa. Deve apresentar de forma clara seus objetivos e a justificativa para a sua implementação, compatíveis com o campo da Antropologia e/ou da Arqueologia. A estrutura curricular deve ser adequada ao desenvolvimento das linhas e projetos de pesquisa de cursos acadêmicos e refletir a compreensão dos docentes acerca da finalidade dos cursos da pós-graduação *stricto sensu*. Serão bem-vindas propostas de articulação interdisciplinar entre Antropologia e Arqueologia nas estruturas curriculares e nas linhas de pesquisa. Para o Mestrado, o número mínimo será de 07 docentes permanentes. O corpo docente deve ser composto por docentes portadores de título de doutor em Antropologia ou Arqueologia (70%), sendo que 30% podem ser de titulação em áreas afins. Considerando o caráter interdisciplinar da Antropologia e da Arqueologia e o histórico que muitos de seus pesquisadores se formaram em áreas afins, no caso de pesquisadores reconhecidamente com publicações em Antropologia, ou em Arqueologia, com a titulação em áreas próximas afins, poderão ser considerados entre os 70% dos titulados nas áreas disciplinares. A produção intelectual deve ser fortemente relacionada à proposta e suas áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos de pesquisa em conformidade com os critérios explicitados no comunicado relativo às Orientações para as propostas de cursos novos acadêmicos publicados na página da Área no endereço http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/Criterios_APCNs_Antropologia.pdf.

DOUTORADO

A proposta deve evidenciar que o grupo proponente já vem trabalhando de forma articulada junto à instituição em núcleos ou grupos de pesquisa. Deve apresentar de forma clara seus objetivos e a justificativa para a sua implementação, compatíveis com o campo da Antropologia e/ou da Arqueologia. A estrutura curricular deve ser adequada ao desenvolvimento das linhas e projetos de pesquisa de cursos acadêmicos e refletir a compreensão dos docentes acerca da finalidade dos cursos da pós-graduação *stricto sensu*. Serão bem-vindas propostas de articulação interdisciplinar entre Antropologia e Arqueologia nas estruturas curriculares e nas linhas de pesquisa. Para o Doutorado, o número mínimo será de 08 docentes permanentes. O corpo docente deve ser



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

composto por docentes portadores de título de doutor em Antropologia ou Arqueologia (70%), sendo que 30% podem ser de titulação em áreas afins. Considerando o caráter interdisciplinar da Antropologia e da Arqueologia e o histórico que muitos de seus pesquisadores se formaram em áreas afins, no caso de pesquisadores reconhecidamente com publicações em Antropologia, ou em Arqueologia, com a titulação em áreas próximas afins, poderão ser considerados entre os 70% dos titulados nas áreas disciplinares. A produção intelectual deve ser fortemente relacionada à proposta e suas áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos de pesquisa em conformidade com os critérios explicitados no comunicado relativo às Orientações para as propostas de cursos novos acadêmicos publicados na página da Área no endereço http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/Criterios_APCNs_Antropologia.pdf.

MESTRADO PROFISSIONAL

A Área até o momento teve apenas um Mestrado profissional em gestão cultural que deixou de existir. A Área está aberta a novas propostas, pois são muitas as especialidades profissionais que poderiam receber um programa de Mestrado profissional a elas dirigidos. A proposta deve evidenciar que o grupo proponente já vem trabalhando de forma articulada junto à instituição em núcleos ou grupos de pesquisa. Deve apresentar de forma clara seus objetivos e a justificativa para a sua implementação, compatíveis com o campo da Antropologia e/ou da Arqueologia. Deve refletir a compreensão dos docentes acerca da finalidade de um Mestrado profissional definindo com clareza uma área específica de caráter profissional e apontar sua relevância social, impacto regional ou nacional e impacto no mercado de trabalho. O perfil profissional do egresso deve estar claramente explicitado na proposta e na estrutura curricular. O corpo docente deve ser integrado, de forma equilibrada por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009). O corpo docente deve ter o mínimo de 07 docentes permanentes.

III. Considerações gerais sobre a Avaliação Trienal 2013

A avaliação deve ter por objetivo primordial examinar a qualidade da formação oferecida nos programas de pós-graduação, a qualidade da sua produção de pesquisa e conhecimento, a qualidade da sua inserção social e a qualidade de sua inserção internacional e de intercâmbio e articulação com outros programas. A análise se fará, entre outros, dos seguintes itens:

a) articulação entre proposta do programa, áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa;



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

composição do corpo docente e maturidade acadêmico-científica; estrutura curricular, disciplinas oferecidas, perfil do corpo docente e fluxo de dissertações e teses.

b) produção e divulgação de conhecimento, através da produção bibliográfica e audiovisual de docentes e discentes.

c) inserção social através da extensão e participação em planos e programas que abordem problemas sociais e formulação de políticas públicas; incidência nos ensinos de graduação, médio e fundamental: inserção internacional e integração com outros programas de pós-graduação.

Os pesos atribuídos aos quesitos e itens que constam da ficha de avaliação foram resultado de reflexões e decisões nos Seminários de Acompanhamento.

As principais novidades propostas em relação ao documento de área do triênio 2007-2009 e aprovadas no Seminário de Acompanhamento de dezembro de 2012 foram: 1) a proposta de incluir na produção intelectual a produção audiovisual, ao lado da produção de livros e produção de artigos em periódicos, possibilidade tornada factível pela elaboração e aprovação de um Roteiro de Classificação de Produtos Audiovisuais, a exemplo do Roteiro de Classificação de Livros já inserido no Triênio anterior; 2) estabelecer como limite máximo o número de 8 orientandos por orientador e regular as condições de excepcionalidade até 12 orientandos e o percentual de 20% de professores que podem estar nessas excepcionalidades; 3) reescrever subitens e modificar seus pesos tal como constante da ficha de avaliação ; 4) modificar pesos atribuídos a sub itens no roteiro de classificação de livros.

A Inclusão da Classificação de produtos audiovisuais é uma reivindicação da Área anterior a este Triênio, muito esperada pela comunidade, a partir da qual foi instituída uma comissão para elaborar o Roteiro de Classificação de produtos audiovisuais. O roteiro, os critérios dos estratos por nível de qualidade e os pesos da produção foram aprovados nesta reunião de Coordenadores durante o segundo Seminário de Acompanhamento.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

IV. Considerações sobre Qualis-Periódicos (Artístico), Roteiro para Classificação de Livros / Eventos / Produtos Técnicos e os critérios para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação

A produção intelectual da Área será avaliada através da produção publicada em periódicos, em livros e como produtos audiovisuais. A qualidade da produção será analisada e estratificada através do uso de critérios abaixo explicitados na descrição do Qualis Periódicos, do Roteiro de Classificação de Livros e do Roteiro de Classificação de Produtos Audiovisuais.

QUALIS-PERIÓDICOS:

Periódico científico é uma publicação seriada, arbitrada por pares e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica. Para ser considerado periódico científico o mesmo deve conter, obrigatoriamente, os seguintes itens: editor responsável; conselho editorial, ISSN, linha editorial; expediente; periodicidade e regularidade; avaliação por pares; afiliação institucional dos autores; resumo, abstract e descritores e estar disponível em formato digital para acesso *on line*, com garantia de acesso e preservação de todos os números.

Considerando que são poucos os títulos de periódicos, nos domínios mais específicos da Área: antropologia social/cultural e arqueologia, que contam com indicadores de fatores de impacto, a classificação dos periódicos na Área se faz levando-se em conta sobretudo o reconhecimento consolidado na área, a abrangência e pertinência de sua temática, a manutenção da periodicidade, a natureza da diversidade de vínculos dos autores com a instituição responsável pela publicação e a sua inclusão em bancos de dados e indexadores de referência no campo científico. A título de informação disponível, em Scopus, são 116 as revistas de antropologia com fator de impacto, sendo a sua maioria referida à antropologia biológica e não social e apenas 3 delas são revistas brasileiras, enquanto são 96 as revistas de Arqueologia com impacto, sem incluir nenhuma revista brasileira. Em JCR, são 83 as revistas de antropologia que apresentam impacto, e a arqueologia não aparece como categoria específica. Por outro lado, a antropologia e a arqueologia vêm se consolidando nacional e internacionalmente na área, sendo como tais reconhecidas em congressos internacionais, fazendo possível atribuir este menor impacto das revistas brasileiras ao pouco conhecimento e domínio da língua portuguesa pelos pesquisadores forâneos.

Os periódicos são classificados nos estratos A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e aqueles considerados



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

impróprios terão classificação “C” e não receberão pontuação. A classificação seguirá critérios de mérito, segundo os parâmetros gerais de edição acima indicados, sendo requisitos formais mínimos para cada estrato os perfis que se seguem:

Estrato A1

(a) Publicar pelo menos 75% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos 5 instituições diferentes daquela que edita o periódico, por volume (o volume é constituído pelos dois ou mais números publicados por ano), (b) possuir conselho editorial com representação nacional e internacional, (c) publicar pelo menos 1 artigo, por volume, com autores ou coautores filiados a instituições estrangeiras, (d) estar atualizado e de acordo com os requisitos anteriores, em todos os volumes e números dos últimos cinco anos e acessível *online*; (e) estar disponível em pelo menos três indexadores ou bases de dados, sendo um deles, a base de dados do SciELO, e sendo um dos outros dois, um indexador internacional, com preferência dentre os que se seguem: Anthropological Index; Revues.org; HAPI - Hispanic American Periodicals Index; JSTOR; CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades; Redalyc; Latindex ; Sociological Abstracts; Revista Interamericana de Bibliografía; DOAJ_ Directory of Open Access Journals; e dentre os nacionais: Sumários.org e SEER IBICT; f) ter destacado reconhecimento de qualidade em uma das duas áreas específicas: antropologia ou arqueologia, demonstrado pela tradição mantida em relação a todos os requisitos anteriores por mais de dez anos e/ou por atingir algum fator de impacto (Scopus ou JCR).

Estrato A2

(a) Publicar pelo menos 75% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos 5 instituições diferentes daquela que edita o periódico, por volume, (que corresponde aos números publicados por ano, sendo o mínimo dois números), (b) possuir conselho editorial com representação nacional e internacional, (c) publicar pelo menos 1 artigo, por volume, com autores ou coautores filiados a instituições estrangeiras, (d) estar atualizado e de acordo com os requisitos anteriores, em todos os volumes e números dos últimos quatro anos e acessível *online*; (e) estar disponível em dois indexadores ou bases de dados, sendo, pelo menos um, internacional, com preferência dentre os que se seguem: Anthropological Index; Revues.org; HAPI - Hispanic American Periodicals Index; JSTOR; CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades; Redalyc; Latindex ;



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Sociological Abstracts; Revista Interamericana de Bibliografia; DOAJ_ Directory of Open Access Journals; e dentre os nacionais: SciELO; Sumários.org e SEER IBICT; (f) demonstrar tradição como periódico em formato impresso ou eletrônico de qualidade por mais de dez anos ou demonstrar inovação como a publicação em idiomas considerados francos como o inglês com acesso *online*.

Estrato B1

(a) Publicar pelo menos 60% de artigos, cujos autores sejam vinculados a pelo menos 4 instituições diferentes daquela que edita o periódico, por volume, (que corresponde aos números publicados por ano, sendo o mínimo dois números) , (b) possuir conselho editorial com representação nacional e internacional de diferentes instituições, (c) estar atualizado com todos os volumes e números dos últimos quatro anos e acessível *online* (d) ter circulação internacional, por meio de assinaturas/permutas, (e) estar disponível em pelo menos 2 bases de dados ou indexadores quer sejam nacionais ou internacionais, dentre quaisquer dos indexadores já citados para os estratos superiores.

Estrato B2

(a) Publicar pelo menos 45% de artigos, cujos autores sejam vinculados a pelo menos 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico, por volume, (b) possuir conselho editorial com representação internacional, (c) ter circulação nacional, por meio de assinaturas/permutas, (d) estar disponível em pelo menos 1 base de dados ou indexadores sejam internacionais ou nacionais e (e) ter periodicidade regular em sua edição impressa e na versão *on line*, quando for o caso.

Estrato B3

(a) Publicar pelo menos 30% de artigos (inclusive resenhas, entrevistas), cujos autores sejam vinculados a pelo menos 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico, por volume; (b) possuir conselho editorial com representação nacional, (c) ter circulação nacional, por meio de assinaturas/permutas, (d) estar disponível em pelo menos uma base de dados ou indexador internacional ou nacional e (e) ter periodicidade regular em sua edição impressa e na versão *on line*, quando for o caso.

Estrato B4

(a) Publicar pelo menos 20% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos 3 instituições



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

diferentes daquela que edita o periódico, por volume, (b) possuir conselho editorial com representação regional, (c) ter circulação regional, por meio de assinaturas/permutas e (d) ter periodicidade regular em sua edição impressa e na versão *on line*, quando for o caso.

Estrato B5

Periódicos que atendem aos critérios mínimos da definição de periódico científico, sem quaisquer das exigências adicionais descritas nos estratos acima. O periódico deve conter, obrigatoriamente, os seguintes itens: editor responsável; conselho editorial, ISSN, linha editorial; expediente; periodicidade e regularidade; avaliação por pares; afiliação institucional dos autores; resumo, abstract e descritores e estar disponível em formato digital para acesso *on line*, com garantia de acesso e preservação de todos os números.

Estrato C

Periódicos considerados impróprios ou que não atendem aos critérios explicitados acima. Periódicos com publicação encerrada. Publicações que não possam ser classificadas em outras modalidades, como revistas de divulgação, anais ou documentação técnica.

A classificação por estratos dos periódicos nacionais e internacionais cujos escopos se coadunam com as especificidades da Área: Antropologia e Arqueologia, é feita a partir da análise comparativa do conjunto de itens, que resultam em distintas pontuações obtidas para cada periódico. A análise é feita acessando-se *online* a descrição do conteúdo dos volumes, e levando-se em conta a diversidade dos critérios relativos aos itens:

1. Normalização (apresentação de ficha catalográfica, legenda bibliográfica, normas de submissão, linha editorial, sumários em inglês e português, referências bibliográficas, nominata da afiliação institucional dos autores, resumo e abstract dos artigos, descritores em português e inglês);
2. Publicação (tempo de publicação, regularidade, periodicidade, projeto gráfico);
3. Circulação (tiragem, veiculação Virtual);
4. Gestão Editorial (nominata da comissão executiva ou editorial com afiliação institucional, composição do conselho editorial com presença de afiliados a instituições estrangeiras e a nacionais de instituições diversas; presença dos procedimentos de tramitação do manuscrito, nominata dos



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

pareceristas);

5. Autoria e Conteúdo (número de artigos por volume, diversidade de autoria, autoria estrangeira, autoria nacional, resenhas, diversidade de autoria de resenhas, presença de outras sessões, número de páginas por volume, indexação em bases de dados).

A avaliação dos periódicos nacionais e estrangeiros cujos escopos e focos principais não são os específicos nem os afins mais próximos da área de Antropologia e Arqueologia, leva em consideração a avaliação feita pelos Programas das Áreas consideradas mais próximas, ponderada, no entanto, pela atribuição de maior ou menor relevância de acordo com a maior ou menor proximidade com a Antropologia e Arqueologia.

A avaliação trienal da produção dos programas se faz de acordo com o Qualis único da última atualização que inclui as publicações dos pesquisadores dos Programas nos anos de 2010 a 2012.

PESOS atribuídos aos estratos: A1 = 100; A2 = 85; B1 = 70; B2 = 60; B3 = 40; B4 = 30; B5 = 10

ROTEIRO DE CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS:

1. DESCRIÇÃO DO ROTEIRO PARA CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS

1.1. Definição de Livro:

Compreende-se por livro o produto impresso ou eletrônico que possua ISBN [ou ISSN (para obras seriadas)], contendo no mínimo 50 páginas, publicado por uma editora pública ou privada, por associação científica e/ou cultural, instituição de pesquisa ou órgão oficial.

1.2. Critérios de seleção:

A avaliação de livros será aplicada exclusivamente para classificação da *produção intelectual que resulte de investigação nas suas diferentes modalidades*. Serão consideradas: obras integrais, coletâneas, dicionários ou enciclopédias, anais (texto completo), obras didáticas e paradidáticas, desde que seu conteúdo traduza a natureza científica da produção.

1.3. Instrumento de Avaliação

Parte I: Dados de Identificação da Obra

Os dados de identificação da obra serão preenchidos para todos os produtos classificados como livro e



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

elegíveis para qualificação.

Parte II: Avaliação pela Comissão de classificação de Livros

Dados mínimos: compreendem os requisitos ISBN ou ISSN, ficha catalográfica, número mínimo de 50 páginas e autoria por docente e/ou discente de programa de pós-graduação.

Aspectos formais: compreendem características de autoria, editoria e informações adicionais sobre fontes de financiamento, reedição, prêmios etc. As informações adicionais correspondem a aspectos que podem valorizar a obra, mas não são itens obrigatórios da avaliação.

Tipo e natureza do texto: considera a natureza científica e o tipo de obra avaliada: obra integral, coletânea, tratado, dicionário, enciclopédia etc.

Parte III: Avaliação do conteúdo da obra

A avaliação de conteúdo será baseada em três quesitos: relevância temática, caráter inovador da contribuição e potencial de impacto.

Relevância: Contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico da área de conhecimento; contribuição para a resolução de problemas nacionais relevantes; atualidade da temática; clareza e objetividade do conteúdo no que se refere à proposição, exposição e desenvolvimento dos temas tratados; rigor científico (estrutura teórica); precisão de conceitos, terminologia e informações; senso crítico no exame do material estudado; bibliografia que denote amplo domínio de conhecimento; qualidade das ilustrações, linguagem e estilo.

Inovação: Originalidade na formulação do problema de investigação; caráter inovador da abordagem ou dos métodos adotados; contribuição inovadora para o campo do conhecimento ou para aplicações técnicas.

Potencialidade do Impacto: Circulação e distribuição prevista; língua; reimpressão ou reedição; possíveis usos no âmbito acadêmico e fora dele.

INSTRUMENTO PARA CLASSIFICAÇÃO DOS LIVROS:

Parte I: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA

Título da Obra:	
Autores (livro) ou Organizadores (coletânea) (especificar se for docente ou discente do Programa):	
ISBN:	
Editora:	
Local da edição (cidade/pais):	
Número de Páginas:	
Ano da primeira edição:	
Número e ano da edição enviada:	
Tiragem:	

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Formato (impresso ou eletrônico):			
Referência completa do Livro / Coletânea (adotar ABNT):			
Número de capítulos da coletânea:			
Autores (docentes e discentes) do Programa de Pós-Graduação, título e páginas de cada capítulo:			
Vinculação do livro/coletânea a linha de pesquisa, área de concentração ou área de conhecimento:			
Resumo do livro/Coletânea: (ementa)			
Informações complementares (informações sobre a participação de docentes/discentes de outros programas, tipo de financiamento, premiação, participação de autores estrangeiros, etc.):			
PARTE II: ASPECTOS FORMAIS DA OBRA			
SEÇÃO 1: CARACTERIZAÇÃO DA OBRA			
		Pontuação máxima por item	
Nominata do Conselho Editorial na obra		2	
Apresentação de uma síntese da obra na orelha ou na contra-capas		1	
Apresentação do autor com filiação institucional, principais obras e/ou breve biografia intelectual		1	
Existência de índice de autores e/ou temas		2	
Normalização consistente e uniforme dentro de padrão reconhecido		2	
Publicação em português		2	
Publicação noutro idioma, bilíngue ou trilingue		3	
Impresso	Brasil	3	
	Exterior	4	
Apenas Eletrônico		1	
PONTUAÇÃO MÁXIMA DA SEÇÃO 1		15	
SEÇÃO 2: NATUREZA DA OBRA E DA AUTORIA			
Integral	Obra integral de um único autor		25
	Obra integral de mais de um autor	de diferentes países	25
		de um só país	20
Coletânea	Composta por ensaios de um único autor		20
	Composta por capítulos de diferentes autores	de países diferentes	25
		de diferentes programas no país	20
		do mesmo programa no país	15
Livro didático	Obra integral de um ou mais autores		15

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	Composta por capítulos de diferentes autores	de países diferentes	15
		de mesmo país	10
Livro paradidático ou de divulgação científica	Obra integral de um ou mais autores		15
	Composta por capítulos de diferentes autores	de países diferentes	15
		de mesmo país	10
Dicionário	Composta por verbetes de autores	de países diferentes	15
		de mesmo país	10
Enciclopédia	Composta por verbetes de diferentes autores	de países diferentes	15
		de mesmo país	10
Catálogo de exposição	Integral de um ou mais autores		15
	Composta por capítulos de diferentes autores	de países diferentes	15
		de mesmo país	10
Anais de congresso	Composto por textos completos de diferentes autores (resumos não são considerados)	de países diferentes	10
		de mesmo país	05
PONTUAÇÃO MÁXIMA DA SEÇÃO 2			25

SEÇÃO 3: PREMIAÇÃO E FINANCIAMENTOS

1	Premiação	Prêmio conferido à obra em si	Internacional	5
			Nacional	4
			Estadual	3
		Prêmio conferido ao texto que deu origem à obra	Internacional	4
			Nacional	3
			Estadual	2
2	Financiamento para publicação (apenas mediante edital)	Agência ou fundação de pesquisa	Internacional	3
			Nacional	2
			Estadual	1
		Empresa	Pública	2
			Privada	1
PONTUAÇÃO OBTIDA NA SEÇÃO 3				

**PONTUAÇÃO OBTIDA NA PARTE II
(SEÇÃO 1 + SEÇÃO 2 + SEÇÃO 3)**

PONTUAÇÃO MÁXIMA DA PARTE II

40

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

FATOR DE CORREÇÃO				
Primeira Edição		100%		
Reedição revista e atualizada da obra		60%		
PARTE III: ANÁLISE QUALITATIVA DA OBRA				
1	Apresentação e cuidado gráficos	5		
1	Organicidade e coerência	15		
3	Abrangência e pertinência da discussão	15		
4	Relevância da obra e potencial de impacto	15		
5	Inovação e originalidade	10		
PONTUAÇÃO MÁXIMA DA PARTE III		60		
PONTUAÇÃO E PONDERAÇÃO				
<p>Pontuação por estrato: Os estratos são definidos por meio da sua pontuação na ficha de avaliação de acordo com os intervalos apresentados abaixo:</p> <p>L4 = 85 a 100 pontos L3 = 70 a 84 pontos L2 = 50 a 69 pontos L1 = 30 a 49 pontos NC = menos de 29 pontos ou não atender aos requisitos da definição de livro.</p> <p>Ponderação de peso por estrato: Seguem-se os pesos atribuídos à obra integral, à organização de coletânea ou dicionário, ao capítulo, e à apresentação/prefácio/posfácio/verbete.</p>				
Estrato	Obra integral	Coletânea ou Dicionário	Capítulo	Apresentação, prefácio, posfácio, verbete
L4	200	100	50	20
L3	170	85	40	15
L2	140	70	30	10
L1	100	50	20	5
NCL	0	0	0	0



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Relação dos capítulos e da coletânea com o Livro: O valor da pontuação atribuída aos capítulos foi concebido para representar cerca de $\frac{1}{4}$ do valor de uma obra integral, sem ultrapassá-lo. O valor da organização de uma coletânea foi concebido para representar a metade do valor de uma obra integral. A soma de capítulos na mesma coletânea para um mesmo programa não pode ultrapassar a pontuação de uma obra integral para fins de avaliação da produção do programa. Assim somente serão contados até 4 capítulos de uma mesma coletânea para um mesmo programa. Um mesmo autor pode pontuar no máximo dois capítulos incluídos na mesma obra.

A classificação dos capítulos, apresentações, prefácios, posfácios e verbetes nos diferentes estratos são considerados tendo a unidade de referência a coletânea ou livro no qual foram publicados.

PROCEDIMENTOS DA AVALIAÇÃO:

A classificação dos livros no triênio por estratos de qualidade feita por uma Comissão de avaliação tendo havido de parte de cada programa: 1) realizar, por roteiro *on line* o cadastramento das obras realizadas durante os três anos, 2) enviar as obras originais ou suas cópias para o local da reunião da Comissão. Os resultados da classificação da produção qualificada das obras em livros feita pela Comissão de Avaliação de Livros serão considerados pela Comissão de Avaliação Trienal.

ROTEIRO DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS AUDIOVISUAIS:

Abaixo segue o roteiro e instrumento de classificação e avaliação dos produtos audiovisuais tal como aprovado em reunião pelos coordenadores de cursos no Seminário de Acompanhamento em dezembro de 2012

1.1. Definição de produto audiovisual para fins de avaliação:

Para fins de avaliação, compreendem-se por produtos audiovisuais filmes e vídeos e ensaios fotográficos com inserção em pesquisa antropológica/etnográfica/arqueológica; com recorte conceitual e delimitação do objeto vinculada aos Programas de Pós-Graduação.

Para fins de avaliação, compreende-se por filmes e vídeos obras que tenham duração mínima de 3 minutos e por ensaios fotográficos obras que tenham uma composição mínima de 3 fotografias.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

**INSTRUMENTO PARA CLASSIFICAÇÃO DOS PRODUTOS AUDIOVISUAIS:
PARTE I: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA**

Título da Obra:	
Direção/Realização/Autorias (especificar vínculo com o Programa)	
Local da edição (cidade/país)	
Ano	
Instituição/Produtora/editora	
Formato (audiovisual/filme/ fotografia)	
Duração/n.de fotos	
Ficha Técnica (operador de câmera e som, editor, roteirista, e outros)	
Sinopse	
Informações da participação de autores de outros programas e estrangeiros, premiação, financiamento, etc.)	

PARTE II: ASPECTOS FORMAIS DA OBRA

SEÇÃO 1 – CARACTERIZAÇÃO DA OBRA

Quesito	Descritivo	Definição do critério de avaliação do quesito	Pontos por quesito	Pontuação
1	Capa	Capa realizada especialmente para o filme, vídeo, DVD, CD-Rom, <i>Home page</i> , Ensaio fotográfico	1	
2	Sinopse	Descrição resumida do conteúdo na <i>home page</i> , na capa ou contracapa	1	
3	Sinopse em língua estrangeira	Descrição resumida do conteúdo, em língua estrangeira, na <i>home page</i> , na capa ou na contracapa	1	
4	Referências	Informando ficha técnica, data, produtora, e-mail do autor, projeto de pesquisa, <i>web design</i> .	1	

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

5	Vinculação c/ área de concentração e/ou linha de pesquisa	Núcleo e/ou linha de pesquisa e/ou Diretório de Pesquisa CNPq a que se vincula a obra.	1	
6	Palavras-chave	Português e Inglês	1	
7	Legendas	. Português . Outras línguas ou tradução <i>off</i> . Acessibilidade a portadores de deficiências	1 2 3	
8	Rótulo ou <i>label</i>	. Português . Outras línguas	1 1	
TOTAL DE PONTOS NA SEÇÃO 1			Máximo 10	

SEÇÃO 2: NATUREZA DA OBRA E DA AUTORIA				Pontos por quesito	Pontuação da avaliação
9	Audiovisual	Obra de um autor		20	
		Obra de mais de um autor	Direção	10	
			Editor	3	
			Roteirista	3	
			Operador de Câmera	2	
Operador de som	2				
10	Ensaio Fotográfico	Obra de um autor		20	
		Obra de mais de um autor	Diretor	15	
			Fotógrafo	5	
TOTAL DE PONTOS NA SEÇÃO 2				Máximo 20	

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

SEÇÃO 3: PREMIAÇÃO E FINANCIAMENTO			Pontos por quesito	Pontuação da avaliação
11	Premiação	Prêmio em Concurso Acadêmico (até 3 pontos)	Internacional Nacional Local	3 2 1
		Prêmio em Concurso não acadêmico (até 2 pontos)	Internacional Nacional Local	2 1 0,5
12	Financiamento	Agência ou Fundação de Pesquisa por edital (até 2 pontos)	Internacional Nacional Local	3 2 1
		Empresa (até 2 pontos)	Pública Privada	2 2
TOTAL DE PONTOS NA SEÇÃO 3			Máximo 10	
SEÇÃO 4: CIRCULAÇÃO E ACESSIBILIDADE			Pontos por quesito	Pontuação da avaliação
13	Acesso universal à capa/home page	Divulgação da obra em site institucional com indicação de sua acessibilidade	1	
14	Acesso universal integral à obra	Disponibilidade do conteúdo integral na web.	2	Máximo 3 no quesito
		Disponibilidade do conteúdo integral para todos os usuários da web, através de sistema Open Access.	3	
15	Exibição em Congresso, Seminário, Encontro Acadêmico e Evento Cultural	Internacional	3	Máximo 5 no quesito
		Nacional	2	
		Local	1	
16	Exibição em Festival e/ou Mostra	Internacional	3	Máximo 5 no quesito
		Nacional	2	
		Local	1	

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

17	Exibição em Canal de TV	Internacional	3	Máximo 3 no quesito
		Nacional	2	
		Local	1	
18	Exibição na WEB		1	
TOTAL DE PONTOS NA SEÇÃO 4			Máximo 10	

OBS: A pontuação máxima que um produto poderá obter na parte II (seções 2, 3 e 4) será de 40 pontos.

PARTE III- ANÁLISE QUALITATIVA DA OBRA				Pontuação da avaliação
19	Inserção em pesquisa antropológica/ etnográfica/ arqueológica, em linhas de pesquisa e/ou Núcleos dos Programas de Pós-Graduação e/ou Diretórios de Pesquisa		Máximo 5	
20	Inserção em pesquisa antropológica/ etnográfica/ arqueológica com recorte conceitual e delimitação do objeto (substituído por)		Máximo 5	
21	Qualidade da produção de imagens e sons: adequação da linguagem ao objeto, da captação de cenas, das entrevistas, do material de arquivo e adequação do produto ao recorte conceitual e delimitação da pesquisa.		Máximo 25	
22	Qualidade da edição e finalização (tratamento narrativo e documental, tradução off, etc.		Máximo 20	
23	Qualidade da inserção de legendagem (acessibilidade para portadores de deficiência e tradução em outras línguas) . Obs. Para ensaio fotográfico observar a não redundância entre imagem e legenda		Máximo 5	
TOTAL DE PONTOS DA PARTE III			Máximo 60	
TOTAL DE PONTOS			100	

Pontuação por estrato:

Os estratos são definidos por meio da sua pontuação na ficha de avaliação de acordo com os intervalos apresentados abaixo:

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

AV1 – obter 85 ou mais pontos no instrumento
AV2 – obter de 70 a 84 pontos no instrumento
AV3 – obter de 50 a 69 pontos no instrumento
AV4 – obter de 30 a 49 pontos no instrumento
NCL – obter menos de 29 pontos no instrumento ou não atender aos requisitos de definição de obra audiovisual e ensaio fotográfico.

Ponderação de peso por estrato:

Peso atribuído aos Estratos	Filmes e vídeos (mínimo 3 minutos)	Ensaio Fotográfico (mínimo 3 fotos)
AV1	50	50
AV2	40	40
AV3	30	30
AV4	20	20
NCL	0	0

1.2.PROCEDIMENTOS DA AVALIAÇÃO:

A classificação dos produtos audiovisuais no triênio por estratos de qualidade foi realizada por uma Comissão de avaliação, depois que cada programa atendeu: 1) envio de uma lista de obras realizadas durante os três anos, referendadas pelos programas com a indicação dos seus links virtuais; 2) apresentação das obras listadas de filmes e vídeos na plataforma vimeo, e o envio da capa de cada filme em PDF, por email para a avaliação da Comissão; 3) o envio dos ensaios fotográficos por email (*webtransfer*) para a avaliação da Comissão. A comissão juntamente com a Coordenação da Área especificaram os procedimentos escolhidos e gerais para recebimento, auditagem e avaliação das obras. Os resultados da classificação da produção qualificada das obras audiovisuais feita pela Comissão de Avaliação de Produtos Audiovisuais passam para a Comissão de Avaliação Trienal.

PRODUÇÃO TÉCNICA E EVENTOS:

A produção técnica é avaliada através do exame quantitativo da relevância da produção de relatórios técnicos, atividades e participação em eventos tais como definidos a seguir.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Compõem a produção técnica os seguintes itens: 1) relatórios científicos, relatórios finais de laudo antropológico ou arqueológico e relatórios de projetos financiados por agências e fundações; 2) atividades editoriais (participação em comitês de revistas científicas nacionais e internacionais, pareceres e editoria de revistas científicas); 3) produções bibliográficas como resenhas, traduções e revisões técnicas de obras científicas e entrevistas; 4) eventos: organização de eventos e mostras, apresentação de comunicações, resumos e abstracts em eventos, curadoria de mostras e exposições e participação em palestras, conferências, aulas inaugurais e exposições; 5) representações técnico-científicas (participação em comissões técnico-científicas, representações em associações científicas, membro de conselho de órgãos científico-culturais); 6) atividades de consultoria em políticas públicas; 7) produção de acervos e bancos de dados; 8) produção de sites e portais de pesquisa; 9) oferecimento de cursos de curta-duração; 10) produção de material didático ou de divulgação (sejam vídeos, cds, livros paradidáticos).



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

V. Fichas de Avaliação para o Triênio 2010-2012

MESTRADO (ACADÊMICO) E DOUTORADO

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	40%	<p><i>Considera-se que a estrutura curricular deve ter um impacto relevante na constituição temática e teórico-metodológica de seus projetos, linhas de pesquisa e áreas de concentração, contribuindo de maneira decisiva para o desenho da proposta.</i></p> <p>A proposta do programa deve conter observações sobre:</p> <ul style="list-style-type: none">- o histórico de constituição do grupo;- o perfil acadêmico pretendido, coerente com a formação oferecida;- os objetivos precisos, metas já realizadas e a serem alcançadas;- a observância das convenções acadêmicas;- as linhas de pesquisa ajustadas às áreas de concentração do programa e de especialização do corpo docente;- a proposta curricular capaz de proporcionar formação teórica e metodológica que contemple bibliografia de referência nacional e estrangeira;- a distribuição equilibrada entre disciplinas obrigatórias teóricas e de metodologia, seminários de projetos e disciplinas eletivas de caráter temático.- a articulação entre objetivos, estrutura curricular, projetos e linhas de pesquisa;- os meios físicos e organizacionais para realização dos projetos de investigação, como laboratórios, núcleos de pesquisa, biblioteca etc.;- a produção acadêmica compatível com a com a

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		área de concentração, as linhas e os projetos de pesquisa;
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da Área na produção do conhecimento seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da Área.	20%	<p><i>São consideradas especialmente estratégias para a realização de projetos de pesquisa com articulação em redes e participação em convênios e editais; estratégias pedagógicas inovadoras e consistentes, assim como o planejamento na gestão do programa e as iniciativas de auto-avaliação.</i></p> <p>O planejamento do programa deve levar em conta:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a identificação dos desafios e as metas necessárias para superá-los; - propostas de mudança estatutária e organizacional; - articulação em redes nacionais e internacionais, mediante convênios e participação em editais; - planejamento de publicações e divulgação de conhecimentos em fóruns acadêmicos; - processos de auto-avaliação institucional - acompanhamento de egressos mediante cadastro e redes de comunicação; - plano para capacitação e estágios de pós-doutorado para os docentes; - programas eletrônicos para acompanhamento do fluxo dos alunos e de suas atividades.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	40%	<p>A infraestrutura deve oferecer:</p> <ul style="list-style-type: none"> - salas para coordenação e secretaria do programa; - salas de aulas equipadas com recursos audiovisuais e de informática; - laboratórios que articulem núcleos, linhas e projetos de pesquisa; - equipamentos de informática e multimídia e acesso à Internet para docentes e discentes; - biblioteca com acervo clássico e atualizado de livros, periódicos e documentos nacionais e estrangeiros.
2 – Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas		<i>O corpo docente deve ser constituído, em sua totalidade, por docentes portadores do título de doutor. A proposta</i>



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.</p>	<p>20%</p>	<p><i>deve contemplar um mínimo de 7 docentes, pertencentes ao núcleo permanente em regime de dedicação integral à IES à qual a proposta está vinculada, para o Mestrado e 8 para o Doutorado. O total de docentes permanentes nunca pode ser inferior a 70% de todo o corpo docente, nos termos dos regulamentos da CAPES.</i></p> <p>O corpo docente será avaliado pela:</p> <ul style="list-style-type: none">- titulação compatível dos docentes permanentes com a proposta do programa;- diversificação dos docentes em relação às instituições nas quais se doutoraram;- proporção entre o tempo de Doutorado dos docentes;- proporção de docentes com bolsas de Produtividade em Pesquisa junto ao Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);- proporção de docentes com estágio de pós-doutorado no Brasil e no exterior;- proporção de docentes em coordenação e participação em projetos de pesquisa de âmbito nacional e internacional e em laboratórios e grupos de pesquisa cadastrados no CNPq.
<p>2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.</p>	<p>30%</p>	<p><i>É esperado que os docentes permanentes participem de projetos de pesquisa, ministrem ao menos uma disciplina por ano no programa e estejam comprometidos com orientação de 3 dissertações ou teses. O número máximo de orientandos por docente permanente é de 8 orientandos, estipulado pelas Portarias CAPES nº 01 e nº 02/2012, sendo aceitos até um máximo de 20 % de docentes permanentes com 9 a 12 orientandos desde que estes docentes estejam atuando em MINTER/DINTER, PROCAD ou em outros programas de pós-graduação, ou ainda em casos de especialidade temática comprovadamente requerida e aprovada pela coordenação do programa. Será avaliado negativamente neste item, o programa com um ou mais docentes que ultrapassem seu limite máximo, assim como o programa com mais de 10% do corpo docente permanente sem orientação, (excetuando-se os recém-doutores e recém admitidos.</i></p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<ul style="list-style-type: none"> - proporção de docentes do corpo permanente com participação em projetos de pesquisa de âmbito nacional e internacional; - proporção de docentes do corpo permanente com responsabilidades na oferta de disciplinas obrigatórias, eletivas e seminários; - proporção de docentes do corpo permanente com orientação de discentes (Mestrado e Doutorado) dentro dos parâmetros do limite máximo e dos 20% de excepcionalidades; - a partir da média de orientações em realização por docentes do corpo permanente, será aferido o grau de concentração (baixo, médio ou elevado) de orientações por docentes permanentes.
<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.</p>	<p>30%</p>	<ul style="list-style-type: none"> - média de disciplinas oferecidas pelo programa no triênio por docente do corpo permanente; - distribuição de disciplinas oferecidas entre os docentes permanentes; - média de projetos de pesquisa do programa por docentes do corpo permanente; - distribuição de projetos de pesquisa entre o corpo docente permanente - média de orientandos do programa por docente do corpo permanente; - distribuição do total de orientandos entre os docentes permanentes
<p>2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação.</p>	<p>20%</p>	<p>É valorizada a atribuição de responsabilidade na formação e orientação de alunos em nível de graduação: ministrar disciplinas e orientar projetos de bolsistas de iniciação científica (IC) e/ou trabalhos de conclusão de curso.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - proporção de docentes do programa com carga didática na graduação; - proporção de docentes do programa com responsabilidade na orientação em iniciação científica monografias de conclusão de curso e estágio docente;
3 – Corpo Docente, Teses e Dissertações	30%	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo docente.	35%	<p><i>Espera-se equilíbrio entre o número de ingressantes e o número de pós-graduados que concluíram seus cursos, mediante depósito e defesa de seus trabalhos acadêmicos (dissertações ou teses). Dado que o número de ingressantes varia de acordo com os programas, o parâmetro para avaliação será o número médio de titulados/ano, na Área, e seu respectivo desvio-padrão.</i></p> <p>O corpo docente será avaliado pela:</p> <ul style="list-style-type: none"> - proporção de teses e dissertações defendidas por número médio de docentes no período; - proporção de teses e dissertações defendidas por número de docentes do corpo permanente no triênio.
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.	20%	<p><i>As orientações devem estar distribuídas de modo equitativo entre os docentes do corpo permanente com um limite de oito orientandos por orientador estipulado pelas Portarias CAPES nº 01 e nº 02/2012, ressaltando-se as exceções previstas neste documento.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - média de orientações de teses e dissertações defendidas por docentes do corpo permanente. - a partir da média, será aferido o grau de concentração (baixo, médio ou elevado) de orientações das teses e dissertações defendidas por docentes permanentes.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na Área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à Área.</p>	<p>35%</p>	<p><i>A qualidade das teses e dissertações é avaliada através de sua publicação e prêmios obtidos.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - produção qualificada de discentes de acordo com o Qualis Periódicos e com os roteiros de classificação de livros e de produtos audiovisuais, dividida pelo número médio de discentes; - quantidade de trabalhos completos e resumos em anais de congressos dos discentes publicados no período, relacionados aos trabalhos acadêmicos; dividida pelo número médio de discentes; - registro da produção classificada de egressos; - número de teses e dissertações premiadas por associações científicas e instituições de fomento à pesquisa; - número de monografias ou relatórios de graduação premiados por associações científicas e instituições de fomento à pesquisa; - relação dos temas das teses e dissertações com as linhas e os projetos de pesquisa do programa; - diversidade na composição das bancas de defesa das teses e dissertações.
<p>3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.</p>	<p>10%</p>	<p><i>É esperado que o tempo médio para formação de mestres esteja dentro da média da Área para Mestrado (30 meses) e Doutorado (54 meses)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - tempo médio de titulação de mestres e doutores no Programa.
<p>4. Produção Intelectual</p>	<p>40%</p>	
<p>4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.</p>	<p>40%</p>	<p><i>Espera-se que a produção intelectual dos docentes tenha regularidade, seja bem classificada, expresse os seus temas de pesquisa em suas três modalidades: periódicos,</i></p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p><i>livros e produtos audiovisuais.</i></p> <p>Serão consideradas neste item:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a proporção do conjunto da produção total do Programa, nas suas três modalidades: produção de periódicos ponderada pelo Qualis Periódicos; produção de livros ponderada pelo Roteiro de Classificação de Livros e produção de audiovisuais ponderada pelo Roteiro de Classificação de Produtos Audiovisuais, em relação ao número de docentes permanentes. - a produção total de periódicos nos estratos A1 e A2 e B1 em relação aos docentes permanentes. -a produção total de livros L4 e L3 em relação aos docentes permanentes. -a produção total de produtos audiovisuais nos estratos AV1 e AV2 em relação aos docentes permanentes.
<p>4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.</p>	<p>35%</p>	<p><i>Espera-se que o volume e a qualidade da produção bibliográfica estejam distribuídos de modo equitativo entre os docentes, sendo a concentração em poucos docentes avaliada negativamente.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - média de publicações dos docentes permanentes qualificadas de periódicos, livros e audiovisuais por docente permanente no período; - distribuição da produção qualificada de periódicos, livros e audiovisuais do quadro permanente entre os docentes permanentes. - grau de concentração (baixo, médio ou elevado) da produção bibliográfica qualificada do corpo docente permanente por número de docentes permanentes. -percentual de docentes permanentes do programa com produção acima da mediana.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.</p>	<p>25%</p>	<ul style="list-style-type: none"> - a proporção de docentes do quadro permanente com modalidades de produção técnica no período; - a proporção de docentes do quadro permanente com publicações técnicas no período (Relatórios, resumos, resenhas, entrevistas publicadas, produção de material didático, paradidático e de divulgação, produção de sites e portais de pesquisa, acervos e bancos de dados) - a proporção de docentes do quadro permanente com atividades de produção técnica no período; (editoriais, representativas, de consultoria, organizativas e participativas de eventos, exposições e cursos) a média de publicações técnicas por docente do quadro permanente no período; - o grau de concentração da produção técnica por docente do quadro permanente.
<p>5 – Inserção Social</p>	<p>10%</p>	
<p>5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.</p>	<p>45%</p>	<p><i>Avalia-se qualitativamente neste item os impactos regional, nacional e internacional, em termos educacional, social, tecnológico e econômico, considerando-se os seguintes aspectos: o intercâmbio de docentes com outras áreas, a participação em cursos de formação permanente para professores e outros profissionais, a formação de recursos humanos para a universidade e centros de pesquisa, a atuação no ensino fundamental e médio, na administração pública, empresas, no terceiro setor e na definição de políticas públicas, a disseminação de técnicas e conhecimentos.</i></p> <p>A inserção social levará em conta:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a relação de intercâmbios firmados para realização

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>de cursos de extensão universitária e os cursos de extensão oferecidos pelo programa;</p> <ul style="list-style-type: none"> - as iniciativas de cooperação de conhecimento e de técnicas para públicos acadêmicos, e não acadêmicos. - assessoria a projetos de desenvolvimento social, revitalização cultural, preservação ambiental, preservação do patrimônio cultural material e imaterial e implementação de políticas públicas; - o número de alunos e profissionais beneficiados e formados; - participação em conselhos e entidades nacionais públicas e privadas de interesse social - o impacto no ensino fundamental e médio através de cursos de reciclagem de docentes, formação de discentes, integração de estudantes nas atividades de pesquisa, produção de textos didáticos e paradidáticos voltados para a diversidade cultural das populações.
<p>5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.</p>	<p>40%</p>	<p><i>Espera-se que os programas melhor conceituados e consolidados exerçam um papel de liderança e partilha de experiência junto aos novos ou aqueles em fase de reformulação. Este item considera a existência de programas como Minter, Dinter, PQI, INCT, e outras formas de colaboração interinstitucional.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - listagem de intercâmbios firmados entre programas segundo modalidades e fontes de financiamento e fomento. - proporção de docentes integrados nos intercâmbios.
<p>5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.</p>	<p>15%</p>	<p><i>Espera-se que os programas divulguem suas atividades e os procedimentos adotados para seleção e formação de pós-graduandos, de forma transparente a fim de assegurar isonomia para os candidatos a mestres e doutores.</i></p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>- manutenção de página web do programa com informações atualizadas sobre a proposta e estrutura do Programa, linhas e projetos de pesquisa, financiamentos, produção bibliográfica, corpo docente, processo de seleção, projetos de intercâmbio e disponibilidade;</p> <p>- acesso às dissertações e teses, pela web, das teses e dissertações defendidas no programa;</p> <p>- acesso a outros tipos de informações como disciplinas ofertadas no semestre atual e nos anteriores, programas das disciplinas e grupos e laboratórios de pesquisa.</p>
--	--	---

MESTRADO PROFISSIONAL

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa.	30%	- Examinar se o conjunto de atividades e disciplinas, com suas ementas, atende às características do campo profissional, à(s) área(s) de concentração proposta(s), linha(s) de atuação e objetivos definidos pelo Programa em consonância com os objetivos da modalidade Mestrado Profissional.
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	30%	- Examinar se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com o corpo docente.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	20%	- Examinar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa.
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	20%	- Examinar as perspectivas do Programa, com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da Área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da Área.
2. Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	50%	<p>- Examinar se o Corpo Docente Permanente (DP) é composto, de forma equilibrada, por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (conforme o estabelecido no Art. 7º da Portaria Normativa MEC no 17, de 28 de dezembro de 2009 - Portaria Ministerial sobre Mestrado Profissional).</p> <p>- Examinar se o Corpo Docente atua em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D&I) nas áreas de concentração do Mestrado Profissional.</p>



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.	25%	<ul style="list-style-type: none">- Examinar a adequada proporção de Docentes Permanentes em relação ao total de docentes para verificar a existência ou não de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes.- Examinar a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação financiados por setores governamentais ou não governamentais.- Examinar a carga horária de dedicação dos docentes permanentes no programa, considerando o estabelecido pelo inciso VI do Art. 7o da Portaria Normativa MEC no 17, de 28 de dezembro de 2009: “a proposta de Mestrado Profissional deverá, necessária e obrigatoriamente, comprovar carga horária docente e condições de trabalho compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial”
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.	25%	<ul style="list-style-type: none">- Examinar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento e orientação do programa entre os Docentes Permanentes.
3. Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão	30%	
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa	40%	<ul style="list-style-type: none">- Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC no 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de alunos matriculados no período.- Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de docentes do programa.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos	40%	- Examinar as publicações em revistas, livros e outros meios de divulgação científica ou técnica. - Examinar a produção técnica, que não foi objeto de publicação, dos alunos e egressos.
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos	20%	- Examinar a aplicabilidade do trabalho de Mestrado desenvolvido junto a setores não acadêmicos, órgãos públicos/privados, etc.
4. Produção Intelectual	30%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente	25%	- Examinar o número total de publicações de docentes permanentes do programa no triênio.
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.	25%	- Examinar o número total da Produção técnica, patentes [†] e outras produções consideradas relevantes, tais como, entre outras: Publicações técnicas para organismos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais (livros). Artigos publicados em periódicos técnicos. Participação em comitês técnicos: internacionais, nacionais, estaduais ou municipais. Editoria de periódicos técnicos: editor científico, associado ou revisor. Elaboração de protocolos, normas ou programas. Consultoria ou assessoria técnica. Produtos técnicos. Protótipos. Patentes. Cursos de aperfeiçoamento, capacitação ou especialização para profissionais da Área.
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa	25%	- Examinar a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do programa.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	25%	- Examinar a articulação entre a produção artística, técnica e a publicação científica qualificada do programa.
5. Inserção Social	20%	
5.1. Impacto do Programa	25%	<p>- Examinar se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender aos objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissional, contribuindo para o desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto, das organizações públicas ou privadas do Brasil.</p> <p>- Examinar se o Mestrado Profissional atende obrigatoriamente a uma ou mais dimensões de impacto (tais como dimensão: social, educacional, sanitário, tecnológico, econômico, ambiental, cultural, artístico, legal, etc), nos níveis local, regional ou nacional.</p> <p>a) Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil.</p> <p>b) Impacto educacional: contribuição para a melhoria da educação básica e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino.</p> <p>c) Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional destacando os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e de conhecimentos.</p> <p>d) Impacto econômico: contribuição para maior</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta.</p> <p>e) Impacto sanitário: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a gestão sanitária bem como na formulação de políticas específicas da Área da Saúde.</p> <p>f) Impacto cultural: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e ao conhecimento.</p> <p>g) Impacto artístico: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento artístico, formulando propostas e produtos inovadores.</p> <p>h) Impacto profissional: contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional.</p> <p>i) Impacto legal: contribuição para a formação de profissionais que possam aprimorar procedimentos e a normatização na área jurídica, em particular entre os operadores do Direito, com resultados aplicáveis na prática forense.</p>
<p>5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.</p>	<p>25%</p>	<p>- Examinar a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros na mesma área, dentro da modalidade de Mestrado Profissional; a participação em projetos de cooperação entre cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, na pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.</p>	<p>25%</p>	<p>- Examinar a participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região;</p> <ul style="list-style-type: none"> • a abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos; • a introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos, etc.), no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.
<p>5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa.</p>	<p>25%</p>	<p>- Examinar a divulgação atualizada e sistemática do Programa, poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação.</p> <p>- Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Art. 2º da Portaria CAPES nº 13/2006).</p>

VI. Considerações e definições sobre internacionalização/inserção internacional

Os antropólogos brasileiros, ao lado do estudo da diversidade de sua própria sociedade, e de sua contribuição incessante para as políticas públicas brasileiras, voltam-se cada vez mais com intensidade contínua para o estudo de outros países e continentes. Caminham em mão dupla: buscam a originalidade da pesquisa aqui feita e das pesquisas em culturas da alteridade em outros países, e assim,



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

por essas duas vias, têm conseguido reconhecimento internacional e estabelecido interlocução intensa com pesquisadores internacionais. Arqueólogos dos programas brasileiros de pós-graduação realizam pesquisa não somente em solo brasileiro, mas também em nações latino-americanas e no solo internacional da Antártida.

As comunidades antropológica e arqueológica brasileiras despontam e se fazem reconhecidas no cenário internacional pelo aumento de suas publicações em quantidade e qualidade, pelo crescimento de intercâmbio internacional com pesquisadores e centros universitários no exterior, e pela produção de pesquisa de docentes e discentes brasileiros em nações africanas, latino-americanas, asiáticas, europeias e norte-americanas. Os laços de intercâmbio internacional se consolidam pela presença mais longa e contínua de pesquisadores brasileiros e pesquisadores nos sítios de pesquisa.

A efetiva ação de internacionalizar a Área conta com a força e consolidação dos pesquisadores que, a partir dos seus Programas e em articulação entre Programas de distintas Universidades propõem e organizam relevantes seminários internacionais, com apoio da CAPES e do CNPQ e estabelecem convênios entre Programas nacionais e estrangeiros. Os pesquisadores dos Programas também propõem Mesas, Simpósios e Painéis internacionais no bojo dos Congressos anuais ou bianuais organizados pelas associações científicas às quais pertencem e fazem parte de suas direções.

Esse crescente intercâmbio também se manifesta em formas de convênios, pesquisas conjuntas, pós-doutorados e doutorados sanduiches em países como Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, França, Alemanha, Holanda, Espanha e Portugal; na América Latina com o México, Argentina, Uruguai, Chile, Colômbia, Cuba e Venezuela e em países africanos.

A internacionalização dos programas é medida pelos seguintes critérios:

- a) publicações qualificadas com inserção internacional e em periódicos internacionais;
- b) convênios e intercâmbios ativos firmados com instituições estrangeiras de reconhecido prestígio científico, em regime de reciprocidade e com divulgação no exterior;
- c) convênios e intercâmbios ativos firmados com instituições estrangeiras na relação Sul-Sul em que os pesquisadores brasileiros visam implementar a Área em países com pouca consolidação de pesquisa;
- d) programas institucionais de cooperação internacional exigindo missões bilaterais de trabalho;
- e) pesquisas realizadas por docentes e discentes brasileiros nos mais diversos continentes;
- f) estágios de formação pós-doutoral no exterior;
- g) orientação de Doutorados sanduiches no exterior e supervisão de Doutorados completos no exterior;
- h) conferências, mesas-redondas, organização de grupos de trabalho e grupos de pesquisa em eventos científicos internacionais de grande relevância para a Área;
- i) promoção crescente de eventos científicos internacionais no país;



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

- j) prêmios internacionais (com láurea e/ou como participação em júris internacionais);
- k) consultorias a organismos internacionais;
- l) participação em comitês editoriais e como pareceristas de periódicos internacionais;
- m) redes internacionais de pesquisa com publicação de resultados;
- n) corpos diretivos de comitês em associações científicas internacionais de grande relevância para a Área;
- o) oferta de cursos e colaboração em atividades de ensino em instituições de reconhecido nível de excelência no exterior;
- p) obtenção de bolsas de pesquisa ou financiamento de agências internacionais.
- q) grau de atração pelo Programa de estudantes internacionais.

Os graus de internacionalização dos Programas podem ser avaliados levando-se em conta a posição de liderança dos seus pesquisadores no âmbito internacional, a articulação internacional dos seus laboratórios de pesquisa e a proporção dos docentes que participam das publicações internacionais, dos convênios e dos intercâmbios internacionais, e da realização de pesquisas e estágios pós-doutorais em reconhecidos centros de produção antropológica e arqueológica.

Os desafios para consolidar os caminhos que estão sendo traçados para que mais programas alcancem formas de inserção internacional, ainda exigiriam políticas públicas, que, além dos incentivos já oferecidos, abrissem a possibilidade de auxílio de financiamento à realização de pesquisa antropológica e arqueológica no exterior e a possibilidade de os programas PROEX ou PROF canalizarem seus recursos, se assim fosse sua proposta, para o financiamento de passagens ao exterior. Da mesma forma, outro desafio é a publicação bilíngue, especialmente, português e inglês que cada vez mais se torna a língua franca internacional.

A efetiva inserção internacional é um dos requisitos para alcançar as notas mais altas de avaliação na Área.

Para serem elegíveis às notas 6 e 7 os programas devem manifestar em sua atuação uma produção científica com inserção internacional, consolidação e liderança nacional na formação de recursos humanos para a pós-graduação e com inserção e impacto regional e nacional.

A produção científica com inserção internacional compreende a publicação de resultados de pesquisa, sob a forma de artigos em periódicos científicos, livros e capítulo de livros qualificados, com destacadas proporção e média por docente nos estratos A1, A2 e B1 do Qualis Periódicos e no Roteiro de Classificação de Livros da Área.

A diferença entre as notas 6 e 7 é alcançada por dois critérios: a) proporção do corpo docente com



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

produção científica com inserção internacional e b) média dessa produção bibliográfica por docente ao ano.

A consolidação e a liderança nacional requerem que o corpo docente do programa elegível para as notas 6 e 7 tenha participação em: a) convênios e intercâmbios ativos firmados com instituições estrangeiras de reconhecido prestígio científico, em regime de reciprocidade e com divulgação no exterior; b) programas institucionais de cooperação internacional exigindo missões bilaterais de trabalho; c) conferências, mesas-redondas, organização de grupos de trabalho e grupos de pesquisa em eventos científicos internacionais de grande relevância para a Área; d) promoção de eventos científicos internacionais; e) prêmios internacionais (com láurea e/ou como participação em júris internacionais); f) consultorias a organismos internacionais; g) comitês editoriais e como pareceristas de periódicos internacionais; h) redes internacionais de pesquisa com publicação de resultados; i) corpos diretivos de comitês em associações científicas internacionais de grande relevância para a Área; j) oferta de cursos e colaboração em atividades de ensino em instituições de reconhecido nível de excelência no exterior; l) estágios de formação pós-doutoral no exterior; m) obtenção de bolsas de pesquisa ou financiamento de agências internacionais.

A inserção e o impacto regional e nacional do programa avaliam qualitativamente a capacidade de nucleação e irradiação dos programas elegíveis para as notas 6 e 7, levando-se em conta: a) a capacidade de recrutamento de estudantes de outros estados e países diferentes daqueles em que está situado o programa; b) a presença como docentes de egressos do programa em outros programas do país e do exterior; c) a colaboração com programas de pós-graduação no país e no exterior em processo de consolidação ou reformulação por meio de convênios, programas científicos de cooperação, acolhimento de pesquisadores associados, de estudantes bolsistas; d) a liderança de seus docentes como dirigentes de associações científicas da área e a coordenação de projetos multi-institucionais; e) a participação de seus como membros titulares em conselho e entidades nacionais públicas ou privadas de interesse social; f) a realização de consultorias voltadas à implementação de políticas públicas junto a populações em condição de vulnerabilidade.

As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que obtiveram nota 5 e conceito “Muito Bom” em todos os quesitos (Proposta do Programa; Corpo Docente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social) da ficha de avaliação e que atendam, necessariamente, a três condições:

- **Nota 6:** predomínio do conceito “Muito Bom” nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito “Bom” em alguns itens; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

na área (internacionalização e liderança).

- **Nota 7:** conceito “Muito Bom” em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) altamente diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).



Comissão de Área - Avaliação

Período de Avaliação: 2010 a 2012 **Etapa:** Avaliação Trienal 2013

Área de Avaliação: 35 - ANTROPOLOGIA / ARQUEOLOGIA

Comissão Responsável pela Avaliação:	Sigla IES	
ANTONELLA MARIA IMPERATRIZ TASSINARI	UFSC	Consultor(a)
ANTONIO CARLOS DE SOUZA LIMA	UFRJ	Consultor(a)
ANTONIO C MOTTA DE LIMA	UFPE	Consultor(a)
EDUARDO GOES NEVES	USP	Coordenador(a) Adjunto(a)
HELOISA BUARQUE DE ALMEIDA	USP	Consultor(a)
JANE FELIPE BELTRAO	UFPA	Consultor(a)
LEA FREITAS PEREZ	UFMG	Consultor(a)
LIA ZANOTTA MACHADO	UNB	Coordenador(a)
MANUEL FERREIRA LIMA FILHO	UFG	Consultor(a)
MARIA EUNICE DE SOUZA MACIEL	UFRGS	Consultor(a)
RITA SCHEEL-YBERT	UFRJ	Consultor(a)